



II Seminário de Educação, Conhecimento e Processos Educativos

Educação, Arte e Direitos Humanos

22, 23 e 24 de maio de 2017

1

ENSINO DE HISTÓRIA, DEVER DE MEMÓRIA E OS TEMAS SENSÍVEIS

Educação, Linguagem e Memória

Nilton Mullet Pereira¹ (niltonmp.pead@gmail.com)

Introdução

Numa época na qual a atividade docente em geral e o ensino de História em particular vem sendo severamente questionados sobre o caráter político e ideológico implicados nos processos de ensino-aprendizagem, torna-se bastante necessário uma reafirmação dos aspectos éticos e estéticos das narrativas e das formas de expressão do conhecimento que os professores se utilizam para criar e recriar conceitos históricos em sala de aula. Nesse sentido, também é urgente a reafirmação dos vínculos éticos e estéticos do ensino de História com os passados sensíveis e com a compreensão do presente como objeto de estudo e de intervenção da História. Esta apresentação quer se ocupar do modo como construímos narrativas e utilizamos formas de expressão dos passados sensíveis e do presente igualmente sensível nas aulas de História. Trata-se de problematizar o papel da narrativa no campo da História e, em particular, do ensino de História.

Narrativa e ensino dos temas sensíveis

¹ Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Área de Ensino de História, Faculdade de Educação. Atualmente, realiza estágio de pós-doutorado na UFSC, orientado pelo professor Elison Paim. Licenciado em história e Doutor em Educação pela UFRGS.



Propex
Pró-Reitoria de
Pós-Graduação,
Pesquisa e Extensão

Unahce
Unidade Acadêmica
de Humanidades,
Ciências e Educação





II Seminário de Educação, Conhecimento e Processos Educativos

Educação, Arte e Direitos Humanos

22, 23 e 24 de maio de 2017

2

O objetivo consiste em problematizar teoricamente os processos de narrativização do passado, levados a efeito por publicações didáticos e pelas aulas de História, desde uma perspectiva crítica ao estilo narrativo que tem sido utilizado para narrar os passados traumáticos e sensíveis na sala de aula de História. Enunciar o passado numa aula de História constitui um procedimento de narrativização – prática da escrita da História – que implica um processo criativo com potência para dizer o que do passado pode ser legitimamente recortado e o modo (elemento estético) como pode ser apresentado como História às novas gerações. O procedimento de narrativização está, de maneira profunda, relacionado ao modo como os temas traumáticos como a escravidão ou o holocausto adquirem sentido e passam a constituir uma memória para as novas gerações, na perspectiva de que essas lembranças são parte da criação de uma sociedade nas quais nem a tortura, nem o genocídio tenham mais lugar e que a pluralidade possa ser um modo de vida. Nesse sentido, percebemos uma urgência, ao tratar dos temas sensíveis e traumáticos, que é um resgate do caráter ético e estético do ensino em geral e do ensino de História, em particular. O aspecto ético diz respeito aos efeitos esperados do ensino da História. Uma vez que, ao se ensinar, realiza-se um recorte no passado e esse recorte se dá em função das demandas e das urgências do presente (JENKINS, 2007), os objetos de ensino estão implicados num processo narrativo que criam representações que tem importantes efeitos no modo como as novas gerações irão olhar para si mesmas, para o seu mundo e para os outros. Nesse sentido, o estudo dos passados sensíveis e traumáticos não significa apenas colocar o aluno diante de um conteúdo disciplinado e frio (WHITE, 1995a), mas diante de algo que desperta um posicionamento ético e político, de indignação frente à injustiça e à violação dos direitos humanos mais fundamentais. O aspecto estético diz respeito às formas de exprimir esses passados sensíveis e traumáticos. As narrativas que dão conta de apresentar o holocausto, a tortura, a escravidão não podem ser apenas sequências factuais, científicas e contínuas. O que se supõe é que as formas de



Propex
Pró-Reitoria de
Pós-Graduação,
Pesquisa e Extensão

Unahce
Unidade Acadêmica
de Humanidades,
Ciências e Educação





II Seminário de Educação, Conhecimento e Processos Educativos

Educação, Arte e Direitos Humanos

22, 23 e 24 de maio de 2017

3

expressão da verdade histórica não estão apartadas do conteúdo das verdades que expressa, logo, utilizar uma forma de exprimir o que ocorreu no período da ditadura civil-militar, no Brasil, implica pensar num modo de inserir os jovens na dramaticidade daquele tempo, de modo a permitir problematizar sobre o quanto esse passado, ainda, é constituidor dos modos de criar nossas relações no presente. O mesmo se pode dizer das formas de expressão da escravidão, pois que esses modos expressivos precisam dar vazão a racionalizações, mas também a sensações sobre o que foi a escravidão e como ela ainda se constitui em um elemento definidor das relações étnico-raciais que estabelecemos hoje no Brasil. Quer dizer que, qualquer forma de expressão, dedica-se a abordar um tema como a tortura na época da Ditadura Civil-Militar no Brasil, não apresente um passado frio e disciplinado que não permite causar sensações e criar novas experiências de vida aos alunos.

Consideramos que a escrita da História e seu ensino é um processo de narrativização do passado (WHITE, 2014a), por outro lado, é necessário considerar que, desde que a História se estabeleceu como ciência, no século XIX, e desligou-se da sua “prima pobre”, a ficção, há a presunção de um passado histórico que deve ser estudado por si só, sem que se considere seu potencial criativo para pensar o presente e o futuro (WHITE, 2014a). E é, justamente, essa concepção de um passado histórico frio e disciplinado que perpassa as escolhas em termos de narrativas que se evidencia em salas de aulas e livros didáticos de História. Um exemplo muito antigo desse processo é o modo como a escravidão tem sido tratada em salas de aula: um relato descritivo, nada problematizador e, sobretudo, nenhum pouco capaz de causar o sentimento de repulsa, de reprovação ou de indignação com a situação do outro. Desses relatos não se depreende que os alunos tenham qualquer experiência que lhes possa dar o componente ético para a construção de suas vidas no futuro. Além disso, não havendo experiência não há nem construção conceitual, nem educação das relações étnico-raciais na escola. O conteúdo



Propex
Pró-Reitoria de
Pós-Graduação,
Pesquisa e Extensão

Unahce
Unidade Acadêmica
de Humanidades,
Ciências e Educação





II Seminário de Educação, Conhecimento e Processos Educativos

Educação, Arte e Direitos Humanos

22, 23 e 24 de maio de 2017

4

da escravidão tem passado por brincadeiras inclusive, desconsiderando toda a carga emocional que ela representa para a sociedade brasileira, em particular, para os negros. Muitas vezes, é feito na escola um esquete teatral que sempre repete um feitor castigando um escravizado, o que sempre desperta brincadeiras e a vontade de muitos alunos de exercerem o papel de feitor para brincar de bater no colega.

Como argumentamos no início, estamos a considerar a História ensinada como narrativa, o que significa pensar que a escolha de determinados recortes, problematizações e conteúdos, para serem ensinados, está relacionada tanto à recusa de uma história fria, disciplinada e contínua, quanto a afirmação de um passado que se torna prático, na medida em que propõe perguntas e problemas ao presente. Nossa perspectiva não se limita a um estudo em si do passado. Como diz White (2014b, p. 09), esse estudo, como ocorreu, não guarda “[...] qualquer motivo ulterior do que um desejo de verdade (de fato, com certeza, em vez de doutrina) sobre o passado e sem qualquer inclinação para tirar lições a partir do estudo do passado e importá-los para o presente para justificar ações e programas para o futuro”².

Considerações Finais

Então, como pensar um ensino da história dos temas sensíveis e traumáticos? Nossa resposta provisória, no âmbito da pesquisa que realizamos no decorrer de 2017, consiste em considerar que uma aula de História é um ato dramático. É a dramatização o elemento expressivo que torna o passado e o presente vivos e pulsantes. O ato dramático recupera o elemento estético que cria um conjunto de encontros e relações que chamamos

² White (2014b, p. 09), “[...] without any ulterior motive other than a desire for the truth (of fact, to be sure, rather than doctrine) about the past and without any inclination to draw lessons from the study of the past and import them into the present in order to justify actions and programs for the future”.



Propex
Pró-Reitoria de
Pós-Graduação,
Pesquisa e Extensão

Unahce
Unidade Acadêmica
de Humanidades,
Ciências e Educação





II Seminário de Educação, Conhecimento e Processos Educativos

Educação, Arte e Direitos Humanos

22, 23 e 24 de maio de 2017

5

aula de História. “Ensinar História pode bem ser o mesmo que expandir a vida, submeter-se à vida, subjugar-se ao impulso vital” (PEREIRA, 2013). Esse elemento estético torna a aula um exercício que envolve o conteúdo da verdade histórica apresentada ao modo de sua enunciação.

A historiografia e a pesquisa em ensino de História têm se ocupado, nos últimos tempos, com a questão dos passados sensíveis, tanto no que se refere à pesquisa que se propõe a resgatar elementos do passado de grupos identitários, invisibilizados pela história oficial, quanto pelas salas de aula da Escola Básica, que procuram formas de reconstituir lugares de memória que permitam aos grupos reatar relações com seu próprio passado e com a construção de uma memória. Nesse sentido, a noção de “dever de memória” se torna conceito teórico adequado para pensar, por exemplo, o passado traumático da escravidão no Brasil e as permanências sensíveis que fizeram ficar pouco visíveis a história dos negros, seus elementos afirmativos, suas práticas culturais, suas lutas e conquistas políticas e identitárias, suas religiosidades.

A noção de dever de memória está relacionada, então, a “ressignificação do discurso memorial ligado ao holocausto de milhares de judeus que viviam na França” (HEYMANN, 2007, p. 18-19). O que nos leva a supor que, no Brasil, tais processos estão ligados a uma dívida de memória em relação aos indígenas e aos negros, sobretudo, uma vez que, no caso específico da Escola Básica, verifica-se um brutal esquecimento em relação às suas histórias e suas lutas.

Referências

WHITE, Hayden. **The Pratical Past**. Evanston (EUA): Northwestern University Press, 2014b.



Propex
Pró-Reitoria de
Pós-Graduação,
Pesquisa e Extensão

Unahce
Unidade Acadêmica
de Humanidades,
Ciências e Educação





II Seminário de Educação, Conhecimento e Processos Educativos

Educação, Arte e Direitos Humanos

22, 23 e 24 de maio de 2017

6

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.

HEYMANN, Luciana Quillet. O dever de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). **Direitos e cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. Tradução de Mario Vilela. 3. Ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

PEREIRA, Nilton Mullet. Sobre o valor do ensino de história para a vida. **Revista Latino-Americana de História**. Vol. 2, nº. 6 – ago. 2013.



Propex
Pró-Reitoria de
Pós-Graduação,
Pesquisa e Extensão

Unahce
Unidade Acadêmica
de Humanidades,
Ciências e Educação

